

Na guerra pela educação

■ Escolas e pais de alunos divergem sobre a nova MP que reajusta as mensalidades

Com a edição de sucessivas Medidas Provisórias (MPs) — desde o lançamento do Real, em 1º de julho de 1994, já foram 18 —, o governo ainda não apresentou uma solução definitiva para as questões relativas às mensalidades escolares. A última MP, do dia 24 de outubro, deu margem a diversas interpretações que provocaram uma guerra de poderes. De um lado o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (Sinepe), Paulo Sampaio, afirma que os donos de escolas não têm que mostrar a planilha de custos aos pais de alunos.

Do outro lado, o presidente da Associação de Pais de Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj), João Luiz Faria, diz que as contas têm que ser aprovadas pelos responsáveis, caso contrário, os estabelecimentos podem ser autuados na Justiça. De acordo com o artigo 2º da MP 1.156, o estabelecimento de ensino deverá divulgar, em local de fácil acesso, o texto do contrato e o número de vagas, em 45 dias antes da data final para a matrícula. Segundo o presidente da Apaerj, os donos de escola estão fazendo confusão só para ganhar tempo até a próxima MP, prevista para o dia 25 de novembro.

Na briga entre colégio e pais e alunos, os donos de estabelecimento de ensino saíram na frente. Seguindo o exemplo dos donos de escolas de São Paulo, na última terça-feira, dia 2, o presidente do sindicato reuniu-se com 320 representantes de escolas para distribuir um modelo de contrato, proposto pelo advogado Clóvis Sahione, direcionado aos colégios que pretendem burlar a MP. Algumas cláusulas do contrato, como a 6ª (ver reprodução), sugerem que a escola possa fazer qualquer reajuste durante o ano de 96. Mas a MP diz que as mensalidades ficarão congeladas — de janeiro de 1996 até janeiro de 1997.

Além do modelo de contrato, Sahione propõe às escolas um reajuste de 30%, quatro pontos percentuais acima do que o sugerido por Paulo Sampaio na reunião da semana passada, o que caracteriza cartelização das escolas, ou seja, a prática ilegal de preços combinados. Como o Sinepe, a Federação Interestadual das Escolas Particulares (Fiep) também distribuiu uma circular com comentários sobre a MP. De acordo com o documento, "a escola é livre para fixar seu preço e propor planos de pagamento. A ideia de negociação é boa, mas não funciona. A intervenção do Estado é funesta e tem atrapalhado o setor". Procurado pelo

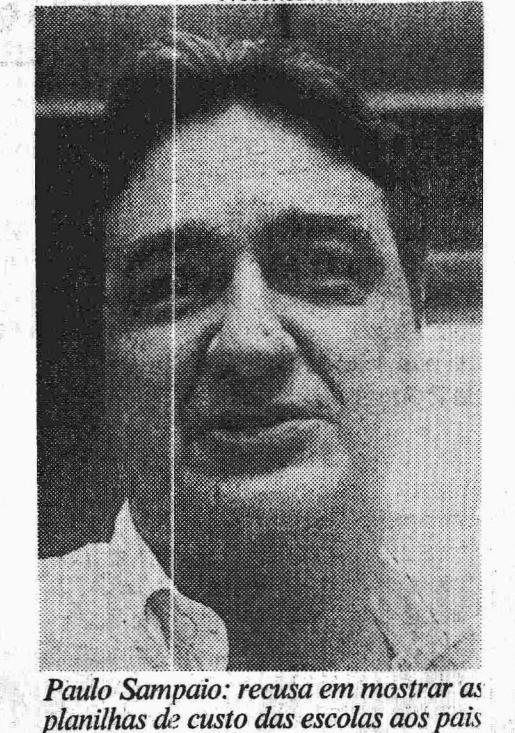
JORNAL DO BRASIL, o presidente da Fiep, Oswaldo Saenger, não quis falar sobre o assunto.

Durante a semana, representantes do Programa Estadual de Orientação e Proteção ao Consumidor (Procon), da Apaerj e da Defensoria Pública se reuniram. O encontro deu inicio a um movimento de contestação ao índice de 26%, proposto pelo Sinepe na última terça-feira. Os órgãos defendem um reajuste máximo de 20%.

Na reunião, foi lançado também um plano estratégico uniforme para atender aos pais. A coordenadora geral do Procon, Sônia Carvalho, chama atenção para que os pais fiquem atentos na hora de negociar com os colégios, evitando assim possíveis abusos. (ver quadro). Todos os alertas, porém, são poucos quando o assunto é a educação. A conselheira do Conselho Estadual de Educação, Myrthes Wenzel, ex-secretária estadual de Educação e Cultura, considera a simplicidade de raciocínio dos governantes, no que se refere à educação, muito preocupante.

Segundo ela, não se pode tratar o ensino como se fosse uma mercadoria que, ao ter seu preço elevado troca-se, comprando outra marca. "A criança se afeição aos colegas, às professoras, ao colégio, e mudanças indiscriminadas de uma escola para outra podem causar prejuízos afetivos e educacionais", defende. As discussões não acabam por aí. Para garantir o lugar de seu filho nessa guerra, arme-se com informação.

Frederico Rozário — 10/05/90



Paulo Sampaio: recusa em mostrar as planilhas de custo das escolas aos pais



Gilson Costa vai transferir Ana Carolina para outro colégio, porque não tem condições de arcar com a mensalidade de R\$ 260

Pai de aluno teme efeitos da nova MP

A nova Medida Provisória (MP) do Governo para controlar os preços das mensalidades escolares já começou a tirar o sono de alunos e pais de alunos. Sem saber como vai ficar o acordo entre Governo, donos de escolas e professores, a única certeza é de que os maiores prejudicados serão eles mesmos. "A cada mudança que fazem para nos ajudar, pioram ainda mais a nossa situação", reclama a arquiteta Augusta Vidal, que paga mais de R\$ 300 por mês para a filha estudar no Jardim de Infância do Colégio Marista São José, na Tijuca.

A situação está cada vez pior para quem se submete a pagar as mensalidades. As diferenças são tão absurdas que é comum encontrar escolas de Primeiro Grau cobrando a mesma mensalidade de um curso universitário, ou escolas com métodos semelhantes com preços que va-

riam em até 100%. O advogado Gilson Costa, por exemplo, terá que tirar a filha Ana Carolina do São José por causa dos reajustes feitos nos últimos meses. "Não tenho condições financeiras para pagar duas mensalidades de R\$ 260", explica Costa, que resolveu levar a filha para um colégio no mesmo bairro e que custa a metade do preço.

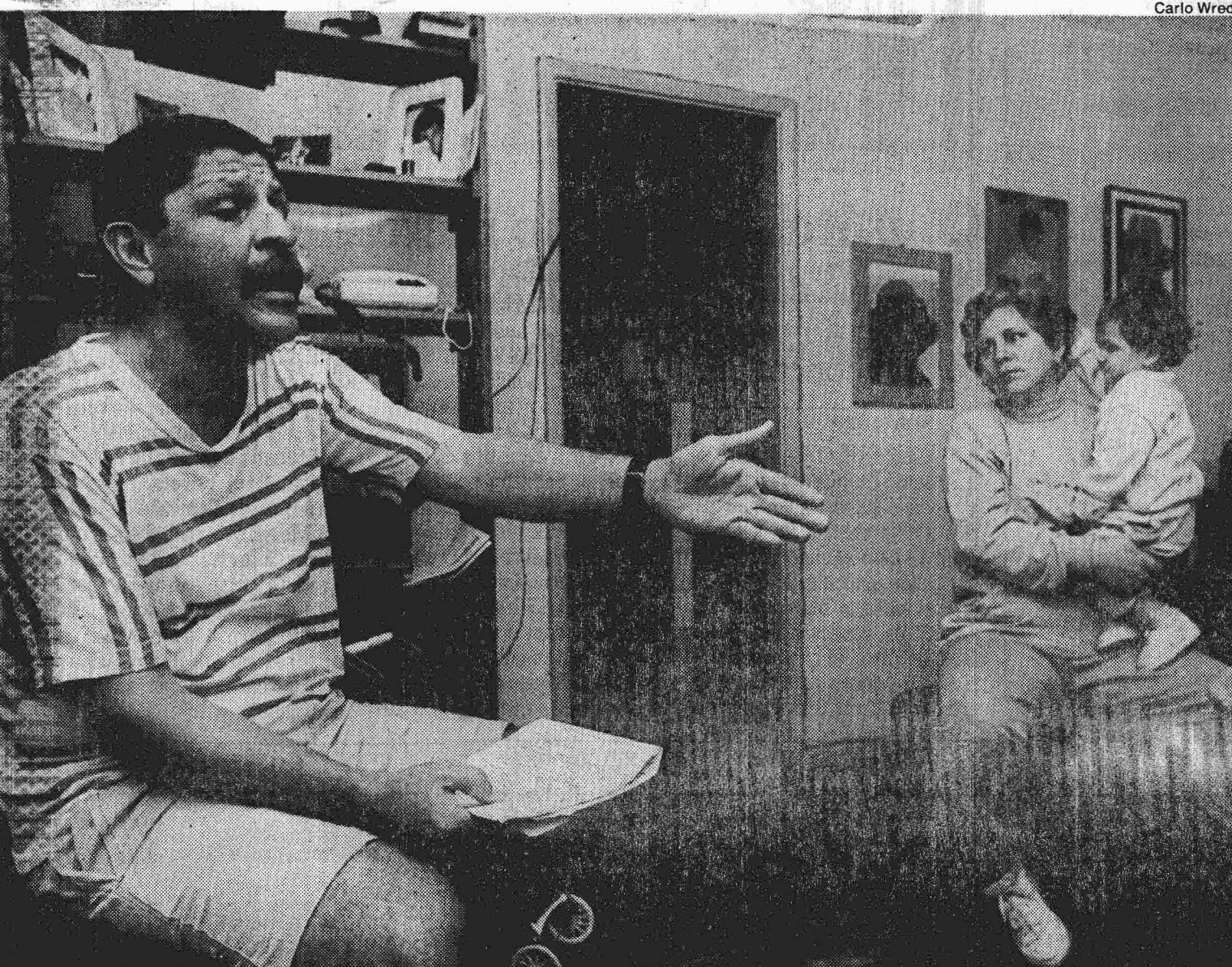
A nova MP muitas vezes causa revolta em alguns pais. "Isso tudo é uma besteria, no fim quem acaba se aborrecendo somos nós mesmos", reclama a professora Maria Luisa Câmara, que não pretende denunciar a escola no caso de aumento abusivo. "Depois o meu filho acabará sendo prejudicado" explica.

Segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), no período de um ano a inflação foi de 27,56% e as mensalidades foram aumentadas em 59,81%. Baseado nesses números, o presidente do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, Gilson Puppin, reivindica uma revisão no piso salarial da categoria com urgência. "As escolas já conseguiram mais um aumento e nós continuamos com o salário congelado", reclama Puppin.

Sunab faz pesquisa de mensalidade

Os pais e alunos conquistaram mais um aliado na briga pelas negociações das mensalidades escolares, a Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab). Desde a semana passada, 140 fiscais do órgão estão visitando os colégios do estado para fazer um levantamento dos preços. Segundo a delegada da Sunab no Rio, Marli Ribeiro de Freitas, os números da pesquisa serão divulgados este mês para orientar os pais na hora de assinar os contratos com as escolas.

"Caso a escola apresente para a Sunab preços que não confirmam com os das mensalidades pagas pelos pais, eles terão documentos para brigar por um acordo honesto", afirma Marli. Criada em 1962 pelo governo de João Goulart para coibir abusos contra os consumidores, a Sunab atualmente segue a política de livre negociação.



José Amadeu e Aurinete: enfrentando aumentos ilegais mascarados como melhorias reclamando contra a Escola Albor no Procon

Procon orienta contra valor abusivo e ilegal

O Programa Estadual de Orientação e Proteção ao Consumidor (Procon) pode ser usado como um bom termômetro para medir os abusos cometidos pelas instituições de ensino no que se refere à cobrança das mensalidades. Em 1994, das 10.022 reclamações feitas ao órgão, 275 foram relativas a valores das mensalidades escolares. Este ano, as queixas ao Procon já somam mais de 11 mil — só contra as instituições de ensino são 206.

Uma dessas reclamações foi feita pela dona de casa Aurinete Fátima Duarte e por seu marido José Amadeu da Silva Lima, ex-funcionário da Datamec — desempregado desde o governo Collor. Os dois são pais de Silvia Renata Duarte, de 11 anos, aluna da 5ª série, no Colégio Albor, em Cascadura. Eles contam que receberam uma circular do colégio, em

maio, que comunicava um aumento de 15% nas mensalidades e dizia: "O aumento permitirá o pagamento correto dos professores (...) e principalmente a manutenção do bom trabalho de completar a educação que as nossas escolas se obrigam".

Em setembro, uma outra circular contradizia a primeira e comunicava: "a escola vem implementando novos cursos — informática, biblioteca, parte de esportes (...). Assim, o Colégio Albor, em razão de compromissos assumidos, tem a necessidade de efetuar reajuste nas mensalidades a partir do mês de setembro/95". No mês passado, depois de terem pago o colégio da filha com mais um aumento, reclamaram ao Procon. "Agora, vira e mexe eles estão aumentando a mensalidade. Se a situação não melhorar vamos ter que mudá-la de escola", afirmam.

Quando Aurinete esteve no Procon para saber como estava o andamento do processo foi informada de que o colégio não tinha nenhuma resposta para seu caso e orientada a recorrer ao Juizado de Pequenas Causas. "No Juizado, um advogado me aconselhou a não entrar na Justiça contra o colégio, pois segundo ele, as insti-

tuições de ensino podem repassar os gastos com melhorias nas instalações para a mensalidade e eu só poderia processar o colégio caso comprovasse a não existência das obras", lembra Aurinete.

Segundo Aurinete, sua filha estuda no Albor desde o CA, mas ela nunca pode visitar as instalações do colégio. "Até no Dia das Mães, eles nos proibem de entrar. Ou fazem uma festa fora da escola, ou permitem a entrada de apenas uma mãe para representar as demais", diz. Ela conta, também, que orientou sua filha a conhecer a biblioteca do colégio — usada pela direção como um dos pretextos para o reajuste ilegal das mensalidades — mas que a menina recebeu como resposta da professora, que não havia biblioteca nenhuma e sim uma sala de aula desativada onde foram colocados alguns livros.

O diretor do colégio foi procurado pela equipe de reportagem do JORNAL DO BRASIL, mas se recusou a falar, dizendo que qualquer informação teria que ser obtida através do advogado Clóvis Sahione. A equipe tentou entrar em contato com o advogado, mas foi informada de que ele estava viajando.